Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 81, de 27 de Abril de 2005.

2 de Novembro de 2006. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Direcção Regional de Agricultura do Alentejo

Despacho (extracto) n.º 24 055/2006

Por despacho do subdirector regional de Agricultura do Alentejo de 9 de Novembro de 2006, nos termos da alínea a) do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, foi retirada da lista de classificação final a candidata não pertencente ao quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, classificada em 1.º lugar, Maria Manuela Tira-Picos Neves Bilou, por se ter recusado a ser provida no lugar de técnico superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo.

Em consequência e de acordo com a ordenação da lista de classificação final, a candidata Sónia Alexandra Mendes Ramalhinho, técnica superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, foi nomeada, precedendo concurso, técnica superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, considerando-se exonerada da categoria anterior.

As disposições legais que permitem o provimento são as constantes da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

As presentes promoções têm cabimento orçamental confirmado pela 8.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, publicada no *Diário da República* 1.ª série-B, n.º 115, de 18 de Maio de 2002, produzindo efeitos à data da aceitação de nomeação. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Novembro de 2006. — O Subdirector Regional, *Ricardo Manuel Gomes Mira Silva*.

Direcção Regional de Agricultura do Algarve

Despacho (extracto) n.º 24 056/2006

Por despacho de 4 de Outubro de 2006 do director regional de Agricultura do Algarve, após confirmação dos respectivos pressupostos pela secretária-geral-adjunta do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, de 28 de Setembro de 2006, o técnico superior principal da carreira de engenheiro João José Leitão Macedo Varela é provido à categoria de assessor principal da carreira de engenheiro, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Algarve, com efeitos a 13 de Fevereiro de 2006, por ter exercido, sem interrupção, cargos dirigentes de 14 de Maio de 1997 a 12 de Fevereiro de 2006 e reunir os requisitos necessários nos termos dos n.ºs 2, 4, 5 e 6 do artigo 29.º e do n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Novembro de 2006. — Pelo Director Regional, o Subdirector Regional, *Carlos Rego*.

Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica

Rectificação n.º 1776/2006

Por ter sido publicado com inexactidão o despacho n.º 22 661/2006, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 215, de 8 de Novembro de 2006, a p. 24 727, rectifica-se que onde se lê «António Abílio Morais e Silva» deve ler-se «António Emílio Morais Sousa e Silva».

13 de Novembro de 2006. — O Presidente, *José António de Sousa Canha*.

Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas e Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola

Despacho n.º 24 057/2006

Em conformidade com o previsto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 250/2002, de 21 de Novembro, no n.º 1 do artigo 13.º do Decre-

to-Lei n.º 78/98, de 27 de Março, e do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas e Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola, na sua reunião de 9 de Novembro de 2006, deliberou:

1 — Delegar na licenciada Rita Maria Martins Braz de Oliveira, directora, e para aplicação no âmbito estrito do Serviço de Identificação de Beneficiários as seguintes competências:

a) Assegurar a administração e a gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais que lhe estão afectos, promovendo o melhor aproveitamento e desenvolvimento dos mesmos, tendo em conta os objectivos e actividades dos serviços dependentes;

b) Autorizar dispensas por um dia aos trabalhadores que devam frequentar colóquios, reuniões, simpósios e outras solicitações externas, não previamente autorizadas pelo conselho de administração, desde que não haja inconveniência para o serviço e não ultrapassem o máximo de três dias por ano e por trabalhador;

c) Justificar faltas ou ausências, de acordo com as normas legais aplicáveis;

d) Assinar a correspondência corrente, entendendo-se por tal a que não implique criação de responsabilidades financeiras para o IFADAP ou para o INGA, a que transmita actos definitivos e executórios competentemente praticados e a que não seja dirigida aos membros do Governo, aos respectivos gabinetes, a outros órgãos de soberania, à administração do Banco de Portugal, aos conselhos de gestão de instituições financeiras e de crédito ou a outras instituições congéneres e às instituições comunitárias;

e) Autorizar a passagem de certidões, à excepção de certidões de dívida para efeitos de cobrança coerciva nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 78/98, de 27 de Março, e ainda nos termos da legislação nacional relativa aos regimes de ajudas financiados pelo IFADAP, quando aplicável, ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do Decreto-Lei n.º 414/93, de 23 de Dezembro, de documentos arquivados no respectivo órgão, excepto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados;

f) Representar o IFADAP e o INGA, no âmbito das actividades da respectiva unidade orgânica.

2 — Ratificar todos os actos praticados no âmbito da presente delegação e ao abrigo dos Decretos-Leis n.ºs 414/93, de 23 de Dezembro, e 78/98, de 27 de Março, desde o dia 1 de Novembro de 2006 até à data da publicação do presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

9 de Novembro de 2006. — O Conselho de Administração: *Joaquim Mestre*, presidente — *Francisco Brito Onofre*, vogal.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 24 058/2006

Por meu despacho de 13 de Outubro de 2006, proferido ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 193/2002, de 24 de Setembro, foi Luís Plácido Miranda Garcia, inspector superior principal em situação de licença sem vencimento para exercício de funções em organismo internacional e integrado no quadro de supranumerários existente junto desta Secretaria-Geral, aprovado pelo despacho conjunto n.º 452/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 109, de 6 de Junho de 2006, autorizado a passar à situação de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos reportados a 1 de Outubro de 2006, mantendo-se integrado no referido quadro.

8 de Novembro de 2006. — A Secretária-Geral, *Maria Manuel Godinho*.

Casa Pia de Lisboa, I. P.

Despacho (extracto) n.º 24 059/2006

Por despacho da presidente da comissão instaladora de 31 de Outubro de 2006, foi autorizada licença sem vencimento por um ano, ao abrigo do artigo 76.º do n.º 1 do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, ao técnico profissional principal, da carreira de educador,